

O MOVIMENTO SOCIAL DOS POVOS DA FLORESTA AMAZÔNICA

THE SOCIAL MOVEMENT OF THE PEOPLE OF AMAZON RAINFOREST

Beatriz Maria Soares PONTES¹

RESUMO

Com o objetivo de analisar o movimento social dos povos da floresta amazônica, em primeiro lugar, discutimos a relação entre território e movimento social. Em segundo lugar, ressaltamos a *busca pela terra de trabalho* como particularidade do movimento social dos povos da floresta amazônica. Em terceiro, tratamos da organização interna, das formas de lutas e das frentes de ação do movimento. Em quarto, discutimos o projeto seringueiro como ação educativa estratégica ao fortalecimento do movimento. E em quinto e último lugar, destacamos a construção da sua rede de apoios.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Território, Movimentos sociais dos povos da floresta amazônica.

ABSTRACT

In order to analyze the social movement of the people from the Amazon rainforest, at first we discuss the relationship between territory and social movement. Secondly, we emphasize the major feature of this social movement which lies in the search for land work. Thirdly, we treat the internal organization, forms of struggle and the actions of the fronts of the social movement of the people from the Amazon rainforest. In forth place, we discuss the project Rubber Tapper as a strategic educational activity to strengthen the movement. And at last, we highlight the construction of their network support.

Key words: Social movements, Territory, Social.

1. TERRITÓRIO E MOVIMENTO SOCIAL

Os movimentos sociais, além de suas formas de organização, mas, também, pelos processos que desenvolvem, são responsáveis pelos espaços que constroem e pelos territórios que dominam.

¹ Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
E-mail: beatrizmariasoaresh@ig.com.br

Adotamos o conceito de movimento socioespacial, levando-se em consideração os movimentos que têm o território, como o lócus preferencial.

O conceito de movimento socioespacial é amplo, porque envolve as diferentes dimensões do espaço geográfico: social, político, econômico e cultural, principalmente. Movimentos sociais que têm o território como trunfo, organizam suas formas e dimensionam-se a partir desse referencial (FERNANDES, 1986).

Neste trabalho analisamos os significados de conceitos como ocupação, trabalho de base, acampamento, negociação política, organização e territorialização, que são referências fundamentais quando nos debruçamos sobre o conteúdo do movimento social dos Povos da Floresta, liderado por Chico Mendes.

São elementos essenciais para compreendermos os processos desenvolvidos e formadores de movimentos socioterritoriais, na perspectiva da interação, considerando o território como condição para a formação do movimento social.

O movimento como o dos Povos da Floresta tinha como principal objetivo a conquista da terra de trabalho, representada pelas áreas abrangidas pela Floresta Amazônica. Assim, o movimento social procurou realizar o seu intuito através de uma luta que lhe desse acesso à terra que, no caso do Movimento dos Seringueiros, se remetia ao que, posteriormente, viríamos a conhecer como “Reserva Extrativista”. Desta maneira, a ocupação desenvolvia-se aspirando, o processo de territorialização através da criação e recriação das lutas travadas ou “empates”.

Ressaltamos que a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, que inaugura questões, cria fatos e descortina situações (FERNANDES, 1986). Portanto, esse conjunto de elementos tende a modificar a realidade, aumentando o fluxo das relações sociais, porquanto, os trabalhadores desafiam o Estado, que sempre representou os interesses dos segmentos hegemônicos da sociedade, bem como os interesses do capital em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o estabelecimento dos seringueiros na reserva extrativista, a produção e reprodução do trabalho dos mesmos, a cooperação, a busca em prol da geração de políticas públicas afetas à questão, principalmente, do extrativismo, bem como a inserção de outras políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania.

Trata-se, na verdade, de um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência. Quando um grupo de seringueiros começa a se organizar com o objetivo de obter terras de trabalho, passa a desenvolver um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, movimento e superação (FERNANDES, 1986).

Os elementos que compõem as metodologias são a formação, a organização, as táticas de luta e negociações com o Estado e os latifundiários, tendo como ponto de partida o trabalho de base.

Os trabalhos de base são realizados por meio da construção do espaço de socialização política. Esse espaço possui duas dimensões: uma é o espaço comunicativo, construído desde as primeiras reuniões, visando identificar os objetivos do Movimento. Trata-se do início da experiência transformadora da realidade, até então, vivenciada pelos trabalhadores. A segunda dimensão é o espaço interativo. Este, dependendo da metodologia, realiza-se antes, durante ou depois da ocupação da reserva extrativista. No desenvolvimento dessas práticas e dessa lógica, constroem uma forma de organização social.

O espaço interativo é um contínuo processo de aprendizado. O sentido da interação está nas trocas de experiências, no conhecimento das trajetórias de vida, na conscientização da condição de expropriados e explorados, na construção da identidade de sem terra de trabalho (FERNANDES, 1986). O conteúdo das reuniões dos trabalhos de base é a recuperação das histórias de vida, associadas ao desenvolvimento da questão agrária. Assim, a vida é experimentada como produtora de interações. Fazem suas análises de conjuntura, das relações de forças políticas, da formação de articulações e alianças para o apoio político e econômico. Desse modo, desenvolvem as condições subjetivas por meio do interesse e da vontade, reconhecendo os seus direitos e participando da construção de seus destinos. Defrontam-se com as condições objetivas da luta contra os latifundiários e seus jagunços, do enfrentamento com a polícia e com o Estado.

Esse é um processo de formação política, gerador da militância que fortalece a organização social. Todos esses processos, práticas e procedimentos, colocam as pessoas em

movimento na construção da consciência de seus direitos, em busca da superação da condição de expropriadas e exploradas (FERNANDES, 1986).

Participar de um “empate” para asseverar a terra de trabalho e impedir o desmatamento, não era uma decisão tão simples, afinal, mais do que experiência, significava transformar a própria vida. Por essa razão, muitas vezes, para os seringueiros, havia a indecisão e o medo. Para superar o medo é preciso confiança nas pessoas que compõem e coordenam o Movimento. Assim, Chico Mendes, como líder, tinha a responsabilidade de defender a proposta da reserva extrativista, a luta contra o desmatamento e a autodefesa dos seringueiros, apresentando idéias e referências que permitissem a superação das dúvidas, eventualmente, surgidas sobre as questões, diretamente, afetas aos objetivos do movimento social dos Povos da Floresta. Desse modo, os líderes do movimento social tornam-se importantes referências para os trabalhadores indecisos.

O embate, também, acontece por causa das diferentes concepções de luta. Estas são, extremamente, diferenciadas em todas as regiões do país. Há concepções favoráveis às posturas defensivas, outras que defendem posturas ofensivas na realização das ocupações, compreendidas como diferentes formas de resistência à ação das polícias e dos pistoleiros. As posturas mais defensivas sustentam o não enfrentamento, optando, apenas, pela negociação, enquanto as ofensivas sustentam a negociação e o enfrentamento. A superação do embate acontece pelo reconhecimento da autonomia dos trabalhadores e das competências de cada instituição (FERNANDES, 1986).

A ocupação, como forma de luta e acesso à terra, é um contínuo na história dos trabalhadores expropriados do país. Nas últimas décadas, camponeses, posseiros, pequenos produtores, seringueiros e castanheiros, entre outros, são os principais sujeitos dessa luta.

Desse modo, os tipos de ocupação estão relacionados à propriedade da terra: pública, capitalista, de organizações não-governamentais, às formas de organização dos grupos humanos e aos tipos de experiências que constroem.

Hobsbawm (1998) destaca três tipos de ocupações:

- As terras de trabalho reconquistadas, que estavam ocupadas há décadas por trabalhadores, mas se encontram em litígio por causa da territorialização do capital na expropriação dos mesmos;

- Terras devolutas, quando os trabalhadores ocupam terras pertencentes ao Estado, em áreas de fronteira e cujas terras passam a ser griladas por latifundiários;
- Ocupação de latifúndios.

Contudo, no nosso país predominam as ocupações de terras devolutas e/ou públicas e as ocupações de latifúndios, que têm sido importantes formas de acesso à terra.

As formas de apoio são políticas e econômicas e acontecem por meio de articulações e/ou alianças. O movimento social pode receber apoio e/ou estar vinculado a alguma pastoral da Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra ou Pastoral Rural). Pode, inclusive, receber apoio de centrais sindicais, partidos e organizações não-governamentais.

Os significados de movimentos isolados e movimentos territorializados têm como referência a organização social e o espaço geográfico. Compreendemos como movimento isolado uma organização social que se realiza em uma base territorial determinada, que tem o seu território de atuação definido por circunstâncias inerentes ao movimento, ou seja, nasce, no caso dos seringueiros, em diferentes pontos da Floresta Amazônica, em lutas de resistências ou brota em terras de latifúndios, através da espacialidade da luta, construindo, dessa forma, a sua territorialidade, compreendida como processo de reprodução de ações características de um determinado território. O movimento territorializado ou socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo. A ação é possibilitada por causa de sua forma de organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização.

Quando os movimentos contemplam objetivos mais amplos, que não sejam apenas, resolver o próprio problema, mas, inserir-se no processo de luta e as lideranças promovem espaços de socialização política, para a formação de novas lideranças e experiências, a tendência é de desenvolvimento da forma de organização e territorialização.

Pelo que foi consignado entendemos que a determinação, o espírito de luta, a preocupação com os processos de educação, conscientização e cidadania, claramente, manifestas no modo de pensar e agir do grande líder Chico Mendes, resultou no advento de uma realidade concreta, hoje, vivenciada pelos seringueiros da Amazônia brasileira, que é a Reserva Extrativista, ainda que os mesmos, contemporaneamente, continuem a enfrentar os riscos da expropriação e da dominação capitalista.

2. A BUSCA PELA TERRA DE TRABALHO REALIZADA PELO MOVIMENTO SOCIAL DOS POVOS DA FLORESTA

Quando do advento do “empate”, contra os desmatamentos, ou seja, uma das faces do movimento de resistência dos seringueiros, os mesmos chegaram à conclusão, após inúmeras reuniões e debates, que só mediante o enfrentamento, seria factível a diminuição dos desmatamentos. Portanto, lutas contra os grandes desmatamentos foram momentos de muita expectativa.

Os “empates” foram, então, motivos de grande preocupação para os latifundiários da Amazônia, por ocasião, do início do movimento social dos seringueiros.

Neste contexto, foi fundado, em abril de 1977, o Sindicato de Xapuri. Entretanto, o sindicato, recém instalado, sofreu pressões da igreja local, de segmentos da classe média, ali residentes, bem como das autoridades do município. Todavia, tais pressões não se constituíram em razões para que os seringueiros esmorecessem quanto à luta em processo.

Os integrantes do sindicato de Xapuri tomaram consciência de que seria imprescindível o aprofundamento da discussão sobre o movimento por eles assumido, com o propósito de evitar os equívocos que poderiam prejudicar a sua ação de resistência.

A partir dos debates sobre o movimento, os seringueiros de Xapuri, entenderam a validade do prosseguimento da resistência contra os desmatamentos, contestando os interesses do grande latifúndio, prosseguindo, então, a sua jornada de luta.

Por iniciativa assumida pelo sindicato foi estabelecido um processo de educação popular, com o intuito de aproximar e abrir perspectivas para novas adesões dos trabalhadores da floresta. O problema da conscientização era, pois, fundamental, uma vez que as comunidades já estavam ali estabelecidas há mais de um século, sem disporem de saúde e educação que promovessem melhorias nas suas condições de vida. Assim sendo, em 1979, a educação popular, instalada em Xapuri, teve condições de promover os integrantes das comunidades seringueiras, abrindo-se, a partir de tal iniciativa, novas perspectivas para o movimento de resistência, que passou a lograr, em suas fileiras, pessoas melhor preparadas e conscientes quanto aos seus objetivos e projetos de vida.

2.1. O Conselho Nacional dos Seringueiros

O Conselho Nacional dos Seringueiros foi fundado em 1977. O motivo de tal iniciativa foi ocasionado em virtude dos seringueiros terem ponderado e refletido nos debates, por eles travados, que, se por um lado, estavam compromissados com uma resistência contra os desmatamentos, por outro, deveriam oferecer uma alternativa ou uma proposta concreta que justificasse a sua postura contra a derrubada da Floresta Amazônica. Portanto, alguns assessores e integrantes do Sindicato de Xapuri tiveram a iniciativa de propor um Encontro Nacional de Seringueiros e, para tanto, resolveram organizar uma comissão que abrangeeria representantes de toda Região Amazônica.

Chico Mendes deslocou-se para Brasília e lá estabeleceu contatos com os representantes do Ministério da Cultura e do Pró-Memória, com a finalidade de garantir apoio financeiro para a realização do referido encontro. Além do apoio do Poder Público, logrou Chico Mendes, o suporte financeiro da OXFAM, uma agência inglesa.

Ao retornar de Brasília, Chico Mendes liderou e organizou uma comissão composta pelo Sindicato de Xapuri, pelo Projeto Seringueiro e outras entidades, a qual teria o objetivo de organizar o Encontro. Finalmente, no período supracitado, efetivou-se o Encontro Nacional, em Brasília, do qual fizeram parte cerca de cento e trinta seringueiros de toda Região Amazônica. Este Encontro contou com a participação de observadores nacionais e estrangeiros. No decurso do mesmo, as discussões redundaram na proposta alternativa aos desmatamentos, há tanto tempo almejada pelo movimento dos seringueiros, ou seja, a Reserva Extrativista na Amazônia.

Em seguida, em janeiro de 1986, uma comissão de índios e seringueiros foi à Brasília, com o objetivo de reivindicar os direitos dos Povos da Floresta. A comissão percorreu vários ministérios e órgãos públicos, tendo o intuito de ampliar e dar suporte ao processo de estruturação da reserva extrativista.

Devemos ressaltar, além disso, que no período da realização do Encontro Nacional dos Seringueiros, foi articulada uma diretoria provisória do Conselho Nacional dos Seringueiros, a qual, posteriormente, viria a ser registrada em Rio Branco.

Assim, o movimento dos seringueiros incorporou, efetivamente, a proposta da reserva extrativista, como solução não só econômica, mas também como um caminho, visando à preservação da vasta Região Amazônica.

De acordo com o movimento dos seringueiros, a reserva extrativista corresponderia a terras pertencentes à União, mas, por outro lado, seria de usufruto dos seringueiros e de outros trabalhadores que nela habitassem, tais como: castanheiros, trabalhadores de babaçu e outros tipos de trabalhadores extrativistas.

O movimento dos Povos da Floresta pensava, a partir da reserva extrativista, prosseguir a luta em prol da comercialização e garantia de preço para a borracha, melhores condições para a produção e comercialização da castanha e priorização, por parte do governo, da industrialização e comercialização de outros produtos existentes na floresta. Além disso, a pesca poderia ter uma nova política de não depredação, mediante a exploração do peixe, de forma racional.

Com a implantação do Conselho Nacional dos Seringueiros tornou-se concreta a identidade dos seringueiros comprometidos com a luta em defesa da Amazônia.

O Conselho, também, concluiu que para o êxito e continuidade do movimento, seria fundamental a união dos seringueiros com os índios.

O movimento, de maior resistência, começou em Xapuri e, posteriormente, contou com os seringueiros procedentes de quase todos os municípios do Acre, além dos egressos dos estados de Rondônia, Amazonas e sul do Pará.

No início, a luta teve maior ênfase, na área do Vale do rio Acre. A seguir, contou com o apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais de Assis Brasil, Feijó e Plácido de Castro. Além disso, o referido movimento logrou o apoio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Amapá e de São João do Araguaia e de outros disseminados em outras áreas do País.

2.2. As dificuldades enfrentadas pelo Movimento

O movimento, em questão, enfrentou grande oposição por parte dos representantes do grande latifúndio, de outros empresários presentes no mundo Amazônico e dos, então, constituintes que, na época, votaram contra a Reforma Agrária. A posição do parlamento brasileiro gerou dificuldades para o movimento, pelo fato da posição do mesmo, facilitar o crescimento e o fortalecimento da União Democrática Ruralista (UDR), em nível nacional.

A UDR, no Acre, era uma entidade forte e a sua principal preocupação se remetia à existência do Sindicato dos Seringueiros de Xapuri. A UDR tinha por objetivo combater a base da organização dos seringueiros daquele município. De acordo com a aludida organização, derrotando a base de Xapuri, seria possível conseguir impor suas condições em toda a região do Acre, bem como na Amazônia. Após o advento da UDR, em Xapuri, teve início o processo de eliminação dos trabalhadores que a contestassem.

Por outro lado, começaram a aparecer aliados, ainda que não, totalmente, confiáveis: eram os usineiros do Acre e madeireiros que representavam um risco para os Povos da Floresta. Entretanto, como a exportação da borracha gerava um lucro expressivo, procuraram os usineiros e madeireiros, uma aliança com o Conselho Nacional dos Seringueiros, com o intuito de impedir, juntamente, com aqueles trabalhadores, a extinção da SUDHEVEA. Tais acontecimentos deixaram o Conselho numa situação crítica, pois, se não apoiassem os usineiros haveria a possibilidade da extinção da referida instituição acarretar prejuízos aos usineiros e seringueiros, uma vez que era através da SUDHEVEA que se realizava o processo de exportação da borracha.

Todavia, os grandes e médios empresários do Acre, bem como da Amazônia como um todo, estavam persistindo na luta contra os propósitos do Conselho Nacional dos Seringueiros. Assim sendo, o Conselho só poderia contar com o apoio da sociedade e da comunidade científica internacional, no que concernia aos seus legítimos desígnios.

2.3. Governo: o discurso ecológico e a prática de apoio aos grandes projetos de desmatamento

Inicialmente, verificamos um maior envolvimento do governo em relação à questão ecológica e ao Conselho Nacional dos Seringueiros, além da luta por ele travada. Porém, em curto lapso de tempo, os seringueiros observaram que o discurso ecológico, desenvolvido pelo governo, visava, sobretudo, a implementação dos seus projetos financiados pelos bancos internacionais ou por outras organizações externas.

Além dos problemas supracitados, o movimento dos seringueiros preconizava a observância do decreto-lei nº 7.511, de 30 de julho de 1986 e a portaria nº 486, de 28 de outubro de 1986, que consignavam a proibição do corte e da comercialização de castanheira e da seringueira, impedindo o desmatamento em vertentes. Contavam, ainda, os Povos da

Floresta, com o suporte da FUNTAC, dirigida, naquela oportunidade, por um grupo de pessoas, que até então, tinham mantido um relacionamento razoável com o Movimento, pois, conheciam, profundamente, a questão “seringueira” e os problemas resultantes dos desmatamentos indiscriminados. Apesar da confiança depositada na FUNTAC, que era um órgão governamental, os seringueiros, por outro lado, não confiavam no governo estadual, uma vez que o mesmo estava envolvido com processos de desmatamentos, altamente, lesivos à preservação da natureza e contrários ao objetivo maior dos seringueiros. A ponderação dos trabalhadores em relação ao governo do Estado do Acre residia no fato do referido ter levado a termo um discurso ecológico de grande significado no Rio de Janeiro e no Japão e, contraditoriamente, no âmbito do estado, ter mandado a polícia garantir o desmatamento, comprometendo, com tal atitude, a confiança dos seringueiros.

2.4. A oposição político-ideológica à proposta do Movimento

O Movimento dos Seringueiros foi combatido através de diversas formas e diferentes argumentos. Os grandes latifundiários, nos anos 80, do século passado, consideravam que preservar a Amazônia seria atrasar o progresso, prejudicando a economia do país, uma vez que ponderavam ser um bom indicativo da economia, o desenvolvimento da pecuária bovina na Amazônia, porquanto, no entendimento dos referidos, a borracha não mais teria condições de lograr pleno êxito nas áreas setentrionais do Brasil.

Portanto, haviam muitos argumentos tidos como reacionários para combater o “Movimento dos Seringueiros”, bem como uma política contrária às justificativas apresentadas pelos mesmos. Entretanto, a imprensa, em nível nacional, principiava a assumir a consciência da defesa da Amazônia.

Convém ressaltar que os seringueiros e os índios sempre produziram a sua cultura de subsistência, nunca ameaçando a Floresta Amazônica. A ameaça à floresta procedia dos desmatamentos feitos pelos grandes fazendeiros, com o propósito de, nessas áreas, implementarem a pecuária bovina, a fim de asseverarem e fortalecerem a política especulativa de terras.

Além disso, era sabido que os agentes do IBDF, na Região Amazônica, submetiam-se a política do grande latifúndio, de tudo abrindo mão para a realização dos desmatamentos. Por sua vez, os grandes proprietários valiam-se da lei e da força policial, contra os seringueiros,

quando estes, através dos “empates”, procuravam impedir os desmatamentos. A alegação dos grandes proprietários baseava-se no fato de que as florestas estavam no interior de suas propriedades e, por tal razão, teriam o direito aos desmates.

Entretanto, os trabalhadores lembravam que já se encontravam naquelas regiões há muito tempo e que a presença dos proprietários se fizera sentir posteriormente. Assim sendo, ressaltavam que o seu empenho na salvaguarda da floresta, através dos “empates”, era uma manifestação legal e legítima, respaldada no código florestal. Em face da resistência do Movimento, os seus membros, continuamente, eram ameaçados por pistoleiros contratados pelos grandes proprietários, acarretando confrontos e assassinatos entre as lideranças seringueiras. As atitudes assumidas pelos “patrões” tinham o apoio da UDR e, em Xapuri, aqueles que estavam comprometidos com a contravenção, com maior ênfase, eram os fazendeiros Darli Alves e Alvarino Alves, proprietários da Fazenda Paraná. À época os aludidos proprietários lideravam um grupo de trinta pessoas, facilmente visíveis, através das suas andanças pelas ruas de Xapuri, impedindo, até mesmo, em não raras ocasiões, o fluxo de carros, naquela cidade, com o intuito de se imporem, através da disseminação do temor, entre a população de Xapuri. Naquela oportunidade, de acordo com Chico Mendes, o movimento dos seringueiros conseguiu uma ordem de prisão expedida em Umuarama, no Estado do Paraná, contra os dois fazendeiros, tendo em vista as inúmeras arbitrariedades perpetradas por ambos. Porém, segundo o referido líder seringueiro, alguém avisou os dois proprietários que se evadiram, salientando que só se entregariam após verem o cadáver de Chico Mendes.

Assim, o recrudescimento da violência contra os seringueiros tornou-se patente, porquanto, o que começou a ser constatado, em Xapuri, no que concerne a atos radicais, assemelhava-se, significativamente, ao que já vinha ocorrendo, quanto a conflitos, no sul do Estado do Pará.

Segundo Chico Mendes, a justiça mostrava-se, claramente, favorável aos latifundiários. Além das manifestações, por parte da justiça, apoiando os proprietários, comprovou-se o fato da mesma ter se negado a aprofundar o inquérito que tinha por objetivo punir os pistoleiros que invadiram o acampamento dos seringueiros, no IBDF, no dia 27 de maio de 1988. O assassinato do seringueiro Ivair foi realizado a mando do candidato do PMDB, o Sr. Cícero Tenório Cavalcanti, segundo Chico Mendes. O depoimento sobre a eliminação do trabalhador, em questão, foi feito à delegacia de polícia de Xapuri, mas o inquérito instaurado não foi

levado em consideração ou concluído e, o candidato em tela, se quer foi punido, juridicamente, pelo seu crime.

2.5. A organização interna, as formas de luta e as frentes de ação do movimento

O objetivo de Chico Mendes e seus liderados era realizar, no futuro, um “empate”, abrangendo a totalidade da Amazônia brasileira. Entretanto, o líder seringueiro só contava com a força do “Movimento”, por ele estruturado e considerava que o Conselho Nacional dos Seringueiros e a reserva extrativista, no que dizia respeito, à continuidade da existência de ambos, dependiam, fundamentalmente, da salvaguarda da organização dos Povos da Floresta.

Devemos salientar, que de acordo com o líder seringueiro, o Conselho Nacional dos Seringueiros dependia dele mesmo, além das seguintes pessoas: Osmarino, em Brasília; Macedo, em Cruzeiro do Sul; Raimundo de Barros, em Xapuri e Jaime, no Amazonas.

O Conselho, no período de Chico Mendes, contava com algumas bases de apoio, apesar de tais suportes estarem muito aquém das expectativas dos integrantes do Movimento. Outras bases seguem arroladas: a Comissão Municipal dos Seringueiros de Brasília, liderada por Osmarino; a Comissão Municipal dos Seringueiros, em Assis Brasil, chefiada por Sandoval Batista; a Comissão Municipal de Seringueiros de Feijó, liderada por Juarez; pelos integrantes da diretoria do sindicato, em Tarauacá; pela liderança de Macedo, juntamente, com lideranças indígenas, em Cruzeiro do Sul; com a participação de José Seringueiro e Manuel Esteves, em Caruari, no Amazonas; com Osmar Vale e Roberval, em Guaripoanã, no Amazonas e com Saulo Ramos, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, no Amapá. Além dos aludidos apoios, já emergia, nos anos 80, do século passado, a solidariedade do Instituto Estadual de Florestas, em Rondônia, bem como outras bases, tais como: a presença de grupos com a finalidade de estruturar o Conselho Nacional dos Seringueiros, em Costa Marques e Vila Mortinho, incluindo o Vale do Guaporé.

A direção do Conselho Nacional dos Seringueiros reunia-se, semestralmente, com seus assessores. O ponto estratégico do Conselho, no que tangia à divulgação e à ampliação do Movimento era o Instituto de Estudos Amazônicos. Os integrantes do Instituto faziam articulações em nível nacional e internacional em relação ao Conselho Nacional dos Seringueiros. Contava, também, o Movimento dos Seringueiros, com a assessoria do Sr. Mauro Almeida, da Universidade Estadual de Campinas (SP).

Uma das formas encontradas para a organização do Conselho e ampliação da luta residia no estabelecimento de debates entre os seringueiros, visando à aglutinação dos mesmos, principalmente, nas comunidades já organizadas. Em Xapuri, havia trinta bases, que eram, simultaneamente, bases de sustentação do Conselho Nacional dos Seringueiros. Esta mesma estrutura existia em Brasília e Assis Brasil.

De acordo com Chico Mendes, o objetivo maior visava estabelecer uma discussão com lideranças de bases já existentes, com a finalidade de obter recursos financeiros e humanos, abrangendo toda a Região Amazônica.

Porém, àquela altura, o Movimento Nacional dos Seringueiros, ainda carecia de recursos humanos, em número e em habilitação adequadas, dificuldades encontradas na região e grandes distâncias que separavam as lideranças entre si.

2.6. Os seringueiros e a violência

O Movimento dos Seringueiros, até então, tinha sido realizado pacificamente. Entretanto, se no futuro, ocorresse grandes percalços, o referido, segundo o seu líder, não teria outra alternativa, senão assumir posturas mais drásticas, em face dos problemas impostos pelo capitalismo e seus representantes latifundiários.

Os “empates” eram feitos através de mutirões de seringueiros, principalmente, quando havia ameaças de desmatamento. Nestas ocasiões, ocorriam assembléias na mata para a escolha de lideranças que iriam enfrentar as foices e as motosserras, de forma pacífica e organizada. Os seringueiros, em tais ocasiões procuravam, também, convencer os “peões”, que ali estavam, a serviço dos fazendeiros, a se retirarem da área. Em seguida, os mesmos costumavam desmontar os acampamentos. Frequentemente, todavia, eram atingidos pelas forças de segurança, pelo fato dos fazendeiros apelarem para a jurisprudência e para as forças policiais.

O “empate” contava com homens, mulheres e crianças. As mulheres constituíam a linha de frente, com o propósito de evitar que a polícia atirasse. Assim, se por acaso, as forças de segurança atirassem, teriam que enfrentar, em primeira instância, mulheres e crianças.

O Movimento dos Povos da Floresta procurava continuar a sua luta, pacificamente, acreditando que poderiam haver alternativas políticas para o equacionamento do impasse entre eles e os latifundiários. No momento da ocorrência do “empate”, que abrangia de cem a

duzentos trabalhadores, enfrentando os “peões”, com suas foices e motosserras, simultaneamente, uma equipe, estava apostos para transmitir o acontecimento para todo o Brasil e o exterior.

Por outro lado, os fazendeiros reagiam, violentamente, às iniciativas assumidas pelos seringueiros, eliminando algumas pessoas sem, ainda, terem atacado as lideranças próximas a Chico Mendes.

O Movimento tentava resolver as dificuldades, não apelando para a violência e preferindo que as questões fossem resolvidas pela justiça, trabalhando, na verdade, neste sentido.

2.7. O projeto seringueiro: a ação educativa como estratégia de fortalecimento do movimento

O trabalho educativo, no âmbito do Movimento, começou a dar seus primeiros passos a partir de 1979. O projeto de educação popular remetia-se à alfabetização dos seringueiros em conformidade com a proposta de Paulo Freire e pelo grupo CEDI. Foi um trabalho lento que em muito contribuiu para o processo de conscientização dos seringueiros.

Assim, o Projeto Seringueiro, que o Conselho Nacional dos Seringueiros desenvolvia, tinha por objetivo mostrar aos seringueiros o significado e o valor da floresta, o aprendizado da sua própria realidade, bem como o amor e a luta em prol da floresta. Foi através do processo educativo, realizado em tais escolas, que as crianças melhor compreenderam a vida dos Povos da Floresta e se interessaram em participar dos “empates”.

Em primeira instância o projeto educativo fora destinado à população adulta. Todavia, os trabalhadores começaram a argumentar junto à equipe coordenadora, do referido projeto, que seria, sumamente, importante a integração das crianças no processo educativo, o que levou o grupo dirigente a redimensionar o material didático, futuramente, aplicado no ensino infantil.

Como consequência da educação prodigalizada aos seringueiros, os jovens passaram a participar mais intensamente da luta, a partir, sobretudo, do fato de terem logrado maior consciência política.

O estabelecimento da reserva extrativista da Cachoeira, em Xapuri, revelou ser fruto de uma luta organizada, bem como o resultado do processo educativo que envolveu a comunidade seringueira.

Para a instalação das escolas eram necessários recursos, os quais, num primeiro momento, procederam da OXFAM. Os esforços empreendidos na busca de recursos renderam bons resultados através da existência de dezoito escolas implantadas na região de Xapuri. A pretensão do Movimento seria levar esta experiência a todas as áreas que se encontravam sob a influência direta do Conselho Nacional dos Seringueiros.

A iniciativa do projeto educativo revelou-se tão acertada que vários professores, ligados ao mesmo, passaram a receber salários prodigalizados pelo próprio estado.

Posteriormente, foi celebrado um convênio com o Ministério da Educação, mediante o qual foram repassados recursos governamentais para a construção de doze escolas, salientando-se que tal providência se tornou realidade através do comprometimento da comunidade com o propósito em questão.

Além das providências relativas ao projeto educacional, o Movimento, também, procurou melhor equacionar a questão da saúde, nos seringais.

Assim, o movimento conseguiu estabelecer seis postos nos seringais, contando com agentes de saúde preparados e comprometidos com a causa seringueira. O problema maior era a obtenção de medicamentos e equipamentos necessários à manutenção dos aludidos postos. Porém, o trabalho relativo à saúde não logrou avanços, por razões de natureza política.

2.8. O movimento dos seringueiros: a construção da sua rede de apoios

De acordo com Chico Mendes, conforme aferido, precedentemente, o maior apoio ao Movimento dos Seringueiros procedia de esferas internacionais e de certos segmentos da sociedade brasileira.

A relação do Movimento dos Seringueiros foi mais significativa com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Tratava-se de um relacionamento que poderia ter grande importância, no futuro. Por outro lado, o Movimento começava a manter um bom relacionamento com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), porquanto, no decurso do III Congresso Nacional, da referida entidade, a mesma aprovou a tese nº 16, relativa ao sindicato de Xapuri. O conteúdo desta tese remetia-se à Campanha em Defesa da Amazônia e à luta em

Defesa dos Povos da Floresta. Quanto à CONTAG, segundo Chico Mendes, o relacionamento não era muito intenso, apesar daquela entidade, demonstrar respeito pela causa dos Povos da Floresta.

O objetivo dos seringueiros era lograr o apoio de várias entidades nacionais desde que as mesmas se comprometessem com a defesa da Amazônia.

Chico Mendes entedia que o Movimento, por ele liderado, deveria ter uma conotação suprapartidária, não se vinculando, portanto, a um partido único. Todavia, a maior parte dos candidatos que representavam o Movimento, ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT), talvez, por se identificar melhor com a proposta daquele partido. Aliás, o PT, naquela época, era o único partido que demonstrava maior envolvimento pela causa e luta dos seringueiros, ainda que existissem outros partidos de esquerda que despertavam o interesse de Chico Mendes e seus liderados.

Quando estive no Rio de Janeiro, para presenciar a criação de um núcleo de apoio aos Povos da Floresta, Chico Mendes foi aconselhado por alguns integrantes da esquerda brasileira para evitar o seu envolvimento com as lutas que se efetuavam entre diferentes partidos, porquanto, era visível, naquela ocasião, a disputa existente entre o PV e o PT, visando a cooptação do referido líder, para as suas respectivas bandeiras. Chico Mendes, portanto, não entrou no jogo dos dois partidos, aceitando proferir uma palestra na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), na qual se encontravam representações do PV, PT, PSB e PCB, além de outras pessoas com posições independentes. Estas pessoas, ali, se encontravam, com o

intuito de hipotecar o seu apoio à causa e à luta dos Povos da Floresta. Na seqüência de tais acontecimentos, Chico Mendes visitou os representantes do PT, PCB, PV e PSB, além de Saturnino Braga, fortalecendo, com estas interlocuções, o Movimento dos Seringueiros.

No que concernia ao apoio da igreja católica, este foi prodigalizado através da Comissão Pastoral da Terra, afeta à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O referido apoio foi expresso, mais detidamente, através da Prelazia do Acre-Purus, ainda que, de acordo com Chico Mendes, o relacionamento do Movimento que liderava fosse, também, positivo com a Prelazia do Vale do Juruá e a Igreja de Caruari, no Amazonas.

Após a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, Chico Mendes passou a contar com o apoio da Universidade Federal do Acre, instituição que detinha um peso político significativo, na sua área de atuação, através de um grupo de professores universitários, além

do Diretório Central dos Estudantes (DCE), os quais chegaram a participar de vários “empates” realizados em Xapuri.

Por outro lado, ao nível da reitoria, o Movimento contou com um certo apoio, do então reitor, daquela universidade.

Além da Universidade Federal do Acre, o Movimento dos Seringueiros obteve a solidariedade de integrantes da Universidade Federal de Brasília, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal Fluminense, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Universidade de São Paulo.

Na esfera da jurisprudência, o Movimento dos Povos da Floresta contou com muitas dificuldades, uma vez que a FETACRE, que deveria dar assistência jurídica aos seringueiros, absteve-se desta tarefa. O advogado daquela entidade tinha mais interesse em defender as causas particulares de pequenos fazendeiros, que poderiam lhe render proventos mais substanciais, do que entregar-se à causa seringueira.

Entretanto, a partir de 1988, através do apoio do Instituto de Estudos Amazônicos ao Conselho Nacional dos Seringueiros, o Movimento conseguiu um advogado do Paraná, o Sr. Genésio Felipe, que começou a dar assistência jurídica aos trabalhadores, na esfera apenas do Acre. O citado advogado assessorava o Movimento dos Seringueiros através do Conselho Nacional dos Seringueiros, dos sindicatos e da Comissão Pastoral da Terra do Acre.

Além disso, no que dizia respeito à questão financeira, Chico Mendes e seus liderados, tiveram o apoio da organização governamental Christian Aid, de origem inglesa, a qual resolveu financiar à Cooperativa dos Seringueiros, mediante a concessão de um pequeno recurso, facultando a melhoria das condições de transportes, que agilizaram o escoamento da produção dos trabalhadores da floresta.

O BNDS, também, concedeu uma linha de crédito para a Cooperativa de Xapuri, com a finalidade de construir uma Usina de Beneficiamento de Castanha, uma Usina de Beneficiamento de Borracha e a compra de um caminhão. A proposta do BNDS versava sobre os seguintes aspectos: de um total de cem milhões de cruzados, a referida instituição cobraria cerca de cinco por cento de juros ao ano, além de mais três anos de carência e mais quatro anos de prazo para pagamento.

Chico Mendes conseguiu, também, a colaboração da Fundação Ford, no Rio de Janeiro. Um representante desta entidade, procedente de Nova York, era portador da proposta de cerca de um milhão de dólares para financiar a estruturação da Cooperativa de Xapuri.

Tratava-se de um empréstimo com prazo de sete anos, a juros pouco elevados, com a cobrança, inclusive, da correção monetária parcial.

O Conselho Nacional dos Seringueiros entendia que uma cooperativa seria imprescindível quando se tratasse de discutir a chamada Reserva Extrativista, a qual visava resolver o problema econômico dos seringueiros. Portanto, uma das responsabilidades do Conselho consistia na luta em prol da melhoria das condições de vida dos seringueiros, a fim de que os mesmos fossem estimulados a permanecerem na floresta.

Assim, seria uma cooperativa agroextrativista, de produção e consumo, com o intuito de equacionar as dificuldades dos seringueiros, bem como priorizar os pequenos agricultores.

O Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília, foi um momento marcante na história do Movimento dos Povos da Floresta. A Confederação Nacional dos Trabalhadores (CONTAG), apesar de não apoiar, politicamente o Movimento, contribuiu com alojamentos para os seringueiros, em Brasília. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Acre e a Prelazia do Acre, também indiretamente, deram a sua contribuição. O Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA) era uma entidade que, igualmente, hipotecou solidariedade à causa seringueira. Esta instituição teve grande participação no processo de coordenação e assessoramento da Cooperativa, no que dizia respeito aos técnicos, capacitando-os para o trabalho desenvolvido no âmbito da mesma.

Portanto, Chico Mendes sempre considerou o entendimento existente entre o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA) e o Sindicato de Xapuri, como o de uma verdadeira família. Outro bom relacionamento, lembrado pelo líder dos seringueiros, foi com a Comissão Nacional de Defesa para Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), coordenada pelo geógrafo Orlando Valverde. Além da entidade precedente, contou o Movimento dos Povos da Floresta, com a solidariedade da FUNATURA, representada por um grupo oriundo do Rio de Janeiro. Acrescentava-se a este último, a aproximação do Centro de Energia Nuclear, da USP, de São Paulo, que buscava interagir com os seringueiros. Finalmente, Chico Mendes ressaltou o inestimável apoio do Deputado Fábio Feldman, do PSDB paulista (GRZYBOWSKI, 1989, p. 10-59).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De 1975 a 1988, os seringueiros realizaram quarenta e cinco movimentos de “empate”. No decurso de tais ações, o Movimento foi alvo de cerca de quatrocentas prisões, quarenta torturas, bem como o assassinato de vários trabalhadores.

Convém, entretanto, ressaltar que o Movimento, além de derrotas teve momentos de recuo. Com a morte de Wilson Pinheiro, uma das lideranças do movimento, os demais trabalhadores resolveram fazer justiça pelas próprias mãos, eliminando o fazendeiro Nilo Sérgio, tido como um dos mandantes da morte daquela liderança.

A polícia, na ocasião, submeteu à tortura vários seringueiros envolvidos na morte do referido fazendeiro. Este fato teve o condão de comprometer, profundamente, o movimento dos Povos da Floresta, tendo, os principais líderes, concluído que as bases do mesmo careciam, ainda, de um maior amadurecimento.

Na ocasião em que se verificaram tais acontecimentos, Chico Mendes e seus companheiros reuniram-se, em Xapuri, com o propósito de discutir os fatos ocorridos. Neste período, Chico Mendes trabalhava com Raimundo de Barros, caminhando, em parceria com o referido, por toda região. Após a morte de Pinheiro, o próprio líder dos seringueiros chegou a dormir cerca de noventa noites, em lugares diferentes, a fim de preservar a sua própria vida. Após esse período resolveu, em diálogo com Raimundo de Barros, dividir as responsabilidades entre ambos. Uma parte da região seria monitorada por ele mesmo e, a outra, por Raimundo de Barros. Tal medida implicava na formação de novas lideranças nas áreas em que atuavam. A razão de Chico Mendes e Raimundo de Barros terem tomado a decisão de se movimentarem em esferas diferentes era motivada pelo risco de serem assassinados a qualquer momento, uma vez que já estavam jurados de morte, vendo, portanto, a necessidade de deixarem herdeiros que prosseguissem o movimento, na falta de algum deles.

Na verdade, os esforços de Chico Mendes e Raimundo de Barros não foram em vão, pois, novas lideranças surgiram.

Assim, jamais os trabalhadores comprometidos com o Movimento pensaram em voltar atrás. Para eles tratava-se de uma questão de honra e responsabilidade. Portanto, no entendimento de Chico Mendes, não haveria possibilidade de recuo por parte dos integrantes

do movimento, tendo em vista o ideal de luta que a todos unia. Entre os episódios de confronto os seringueiros lograram quinze vitórias e trinta derrotas.

Assim, apesar das dificuldades, o Movimento dos Povos da Floresta logrou conquistas significativas, entre elas, as reservas extrativistas, a fundação da Cooperativa de Xapuri, o sucesso do projeto educacional, através da instalação das escolas e o conseqüente trabalho educativo, nelas realizado, além do apoio de várias instituições nacionais e estrangeiras, em prol do Movimento em tela.

O Conselho Nacional dos Seringueiros, por sua vez, conseguiu difundir para várias partes do mundo a luta dos Povos da Floresta e da defesa da Amazônia.

Todavia, apesar da estruturação do Conselho Nacional dos Seringueiros, do seu trabalho, da sua organização, atingindo os mais distantes recantos da Amazônia, o Movimento tinha pela frente uma longa tarefa a ser, ainda, realizada.

Os Povos da Floresta enfrentaram o poder do latifúndio, o poder da UDR, cuja influência era expressiva no cenário brasileiro e o poder dos industriais.

Por outro lado, outro grande esforço do Movimento dos Seringueiros visava sensibilizar o poder público, bem como todos os segmentos da sociedade, para, em comunhão com os Povos da Floresta, mostrar ao Governo a necessidade de desapropriar as terras que se encontravam nas mãos dos latifundiários. Outro problema a ser enfrentado, se remetia às áreas indicadas pelo Governo para se constituírem em reservas extrativistas e que não contavam com a participação do Conselho Nacional dos Seringueiros.

Portanto, a reivindicação maior do Movimento dos Povos da Floresta era que o governo desapropriasse áreas sob o manto do latifúndio, que abrangiam maciços de castanhais e seringueiras e áreas ricas em várias espécies de madeira de lei, ameaçadas de destruição através do fogo. Tais áreas apresentavam grande concentração de seringueiros.

Contudo, segundo Chico Mendes, a criação de novas reservas extrativistas ainda não seria suficiente, mas, o prosseguimento da luta, no sentido de sensibilizar o governo, a fim de que o mesmo, também, desapropriasse as áreas em conflito e aquelas nas quais se concentravam grande número de representantes dos Povos da Floresta.

A segunda grande reivindicação do Movimento dos Seringueiros dizia respeito ao prosseguimento do projeto educacional, relativo aos trabalhadores da floresta. De acordo com o líder do Movimento Seringueiro, a continuidade do processo educacional, os cuidados com a saúde da população e melhores meios de comercialização, instaurados nas reservas

extrativistas, estimulariam o aumento da produção e o compromisso por parte dos trabalhadores, no que concernia a preservação da grande Floresta Amazônica.

A autodefesa dos Povos da Floresta se constituía numa outra preocupação do Movimento que pretendia levar esta questão ao Congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Assim, no que tangia à autodefesa dos Povos da Floresta, Chico Mendes lançava as seguintes indagações: que rumos tomaremos e até onde poderemos chegar? Pensava, o grande líder, em abrir uma profunda discussão sobre este particular problema no decurso do II Encontro Nacional dos Seringueiros. No seu entendimento, a questão da autodefesa deveria prever as lutas seguintes a serem travadas contra o grande latifúndio e, por conseguinte, com a UDR. Chico Mendes, vislumbrando o futuro, ponderava com lucidez, que o processo da autodefesa visava, sobretudo, a salvaguarda do fortalecimento do Movimento, a defesa dos objetivos dos Povos da Floresta e a preservação da Amazônia brasileira.

Pelo exposto, constatamos que o movimento social dos Povos da Floresta, liderado por Chico Mendes, não foi em vão, tendo apresentado uma série de realizações positivas logradas pelas pessoas que prosseguiram a luta, após a sua morte, até os dias atuais.

O Conselho Nacional dos Seringueiros que foi uma vitória conseguida, ainda sob a atuação do líder seringueiro, transformou-se, posteriormente, no Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

O Conselho Nacional das Populações Extrativistas é uma organização de âmbito nacional que representa trabalhadores agroextrativistas, organizados em associações, cooperativas e sindicatos. O seu Conselho Deliberativo é formado por 27 lideranças de diferentes segmentos agroextrativistas de todos os estados da Amazônia. São, portanto, seringueiros coletores de castanha, açaí, cupuaçu, quebradeiras de coco babaçu, balateiros, piaçabeiros, integrantes de projetos agroflorestais, extratores de óleo e plantas medicinais. O que os une é a luta pela melhoria da qualidade de vida, o uso sustentável dos recursos naturais da Floresta Amazônica e a luta pelo direito à terra. O objetivo do Conselho é a organização dos Povos da Floresta, tanto por meio da denúncia dos efeitos negativos do desenvolvimento sobre o meio ambiente, quanto no que concerne à influência sobre as políticas públicas regionais e nacionais.

Assim, interpretando os ideais e metas de Chico Mendes, sobretudo, no que tange ao advento da reserva extrativista, como o grande tento a ser lavrado pelos seringueiros em prol

do acesso à terra, esta particular unidade de conservação tornou-se uma realidade concreta, tendo sido estabelecida em primeira instância, no estado do Acre.

A criação das primeiras quatro Reservas, em 1990, resultou, essencialmente, da pressão exercida pelos seringueiros do estado do Acre, auxiliados por instituições não-governamentais, os quais contaram, também, com a receptividade do Governo Federal. Presentemente, existem, 53 reservas extrativistas na Amazônia brasileira.

Definidas pelo Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, Art. 1º: "As reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista".

As Reservas Extrativistas (RESEX) são criadas para garantir a terra às famílias que nela moram, permitindo que as mesmas continuem vivendo das atividades econômicas que, tradicionalmente, executam. Compete a tais famílias conservar os recursos naturais, mediante a sua exploração sustentável, isto é, garantindo que os mesmos continuem disponíveis para as futuras gerações. Além disso, os moradores devem ser organizados e capacitados para gerir, mediante o fortalecimento do associativismo. É, inclusive, da responsabilidade dos moradores a administração da área, obedecendo a um Plano de Utilização, feito por eles mesmos e aprovado pelo IBAMA.

A Reserva Chico Mendes, estabelecida no estado do Acre e que tomamos como exemplo, faz parte do segundo conjunto de três reservas, criadas em março de 1990. Trata-se da maior de todas, com uma área de 970.570 ha. Cumpre ressaltar que a reserva Chico Mendes tinha uma característica marcante, pois, tratava-se de uma área com graves conflitos relativos à posse e uso de terras. Seringueiros tradicionais, ocupantes e usuários de recursos abundantes na região – borracha e castanha – passaram a estabelecer confronto com o avanço da fronteira agrícola constituída, basicamente, pela derrubada da floresta com a finalidade de estabelecer pastagens para as fazendas.

A demarcação da área, somente, iniciada em setembro e concluída em novembro de 1991, a nível de coleta da documentação pertinente foi, no entanto, acompanhada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e pela Federação da Agricultura do Acre.

No início da década de 1990 foi elaborado o Plano de Utilização da Resex Chico Mendes, sendo apropriado pelas comunidades como um acordo de convivência. Esse Plano foi aprovado conforme Portaria da Presidência do IBAMA nº 28-N, de 18 de abril 1995. O Plano de Utilização foi revisto no decorrer do ano de 2006, sendo reformuladas e incorporadas

novas normas de uso, surgidas a partir da diversificação de atividades de manejo dos recursos naturais, aumento populacional e ações migratórias dentro da Unidade. O novo Plano de Utilização da Reserva, abrange as seguintes esferas: intervenções extrativistas e agropastoris, representadas pelos produtos oferecidos como frutos, cipós, raízes, cascas, folhas, sementes, plantas medicinais, óleos e essências; intervenções na fauna, salientando-se em que condições, por exemplo, os moradores podem pescar; intervenções nas áreas de uso comum, abrangendo rios, lagos, igarapés, nascentes, varadouros, praias e barrancos da Reserva e do entorno; fiscalização da reserva como responsabilidade do IBAMA, contando, também, com o apoio das Associações de Moradores e Produtores existentes na Reserva e penalidades referentes a perda dos direitos de uso por parte do infrator, nos termos das penalidades estabelecidas no Plano de Utilização da Reserva.

Finalmente, temos condições de discernir o gigantesco esforço despendido pelo Movimento Social dos Povos da Floresta, que liderado por Chico Mendes, foi capaz de construir, apesar dos conflitos, contradições e obstáculos de natureza econômica, política e jurídica, o que hoje é uma realidade concreta por eles conseguida: a Reserva Extrativista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento social como categoria geográfica.** *Terra Livre*, São Paulo, v. 1, n. 1, 59-81, 1986.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **O testamento do homem da floresta:** *Chico Mendes por ele mesmo.* Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- HOBBSAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Artigo recebido em 20/08/2010 e aceito em 02/04/2012